

Dallari denuncia estado de arbítrio imposto no Uruguai

O professor Dalmo Dallari disse ontem, na reunião de abertura do "Colóquio Internacional sobre os Fundamentos Jurídicos de uma Verdadeira Abertura Democrática no Uruguai", que "os aparentes meios jurídicos excepcionais que o governo uruguaio vem utilizando não passam de comandos arbitrários, porque não vigora um estado de exceção naquele país, mas de arbítrio".

O encontro está sendo realizado na sede da OAB-São Paulo, pelo "Secretariat International des Juristes pour L'Amnistie en Uruguai", e conta com a participação de representantes de entidades de diversos países.

Dalmo Dallari enfatizou que as ditaduras modernas raramente assumem suas responsabilidades e "frequentemente ocultam-se atrás de disfarces jurídicos, contando com a conivência de juristas sem consciência" para dar aparência de legalidade "a meros comandos arbitrários".

Dallari destacou que "o atual estado de arbítrio" no Uruguai é permanente "porque as causas invocadas para justificar sua imposição já não existem". Enfatizou que o direito de associação política é desrespeitado por completo porque "o sistema ar-

bitrário uruguaio fere todos os preceitos incorporados ao patrimônio jurídico e cultural da Humanidade".

Finalizando, destacou ser necessário que de todas as partes do mundo se levantem vozes de solidariedade ao povo uruguaio, "denunciando as violências contra os direitos fundamentais da pessoa humana, desmascarando as instituições falsamente jurídicas e democráticas e exigindo o respeito aos valores morais, que são patrimônio da Humanidade".

O advogado Idibal Piveta denunciou aos participantes do "Colóquio" a prisão de oito pessoas, em Montevideu, nos dias 8, 9 e 10 deste mês, entre eles Jorge Emilio Martinovic, músico e estudante de Medicina, que residiu em São Paulo. As autoridades uruguaias não comunicaram os motivos das prisões e mantêm todos os detidos incomunicáveis.

Exilados uruguaio que também participam do encontro denunciaram que desde 1.º de maio vêm sendo feitas inúmeras prisões. Os exilados suspeitam que o número de detenções deverá crescer até 27 de junho, data do décimo aniversário do golpe militar e da última greve geral do país.